



Estratégia
Carreira Jurídica

2° SIMULADO

**ADVOGADO
DO SENADO
FEDERAL**

2º Simulado Especial

2º Simulado Advogado do Senado Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Advogado do Senado Federal;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Advogado-Senado-Federal-06-09>

| | | | | | | | |
|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 – C E | 26 – C E | 51 – C E | 76 – C E | 101 – C E | 126 – C E | 151 – C E | 176 – C E |
| 02 – C E | 27 – C E | 52 – C E | 77 – C E | 102 – C E | 127 – C E | 152 – C E | 177 – C E |
| 03 – C E | 28 – C E | 53 – C E | 78 – C E | 103 – C E | 128 – C E | 153 – C E | 178 – C E |
| 04 – C E | 29 – C E | 54 – C E | 79 – C E | 104 – C E | 129 – C E | 154 – C E | 179 – C E |
| 05 – C E | 30 – C E | 55 – C E | 80 – C E | 105 – C E | 130 – C E | 155 – C E | 180 – C E |
| 06 – C E | 31 – C E | 56 – C E | 81 – C E | 106 – C E | 131 – C E | 156 – C E | 181 – C E |
| 07 – C E | 32 – C E | 57 – C E | 82 – C E | 107 – C E | 132 – C E | 157 – C E | 182 – C E |
| 08 – C E | 33 – C E | 58 – C E | 83 – C E | 108 – C E | 133 – C E | 158 – C E | 183 – C E |
| 09 – C E | 34 – C E | 59 – C E | 84 – C E | 109 – C E | 134 – C E | 159 – C E | 184 – C E |
| 10 – C E | 35 – C E | 60 – C E | 85 – C E | 110 – C E | 135 – C E | 160 – C E | 188 – C E |
| 11 – C E | 36 – C E | 61 – C E | 86 – C E | 111 – C E | 136 – C E | 161 – C E | 186 – C E |
| 12 – C E | 37 – C E | 62 – C E | 87 – C E | 112 – C E | 137 – C E | 162 – C E | 187 – C E |
| 13 – C E | 38 – C E | 63 – C E | 88 – C E | 113 – C E | 138 – C E | 163 – C E | 188 – C E |
| 14 – C E | 39 – C E | 64 – C E | 89 – C E | 114 – C E | 139 – C E | 164 – C E | 189 – C E |
| 15 – C E | 40 – C E | 65 – C E | 90 – C E | 115 – C E | 140 – C E | 165 – C E | 190 – C E |
| 16 – C E | 41 – C E | 66 – C E | 91 – C E | 116 – C E | 141 – C E | 166 – C E | 191 – C E |
| 17 – C E | 42 – C E | 67 – C E | 92 – C E | 117 – C E | 142 – C E | 167 – C E | 192 – C E |
| 18 – C E | 43 – C E | 68 – C E | 93 – C E | 118 – C E | 143 – C E | 168 – C E | 193 – C E |
| 19 – C E | 44 – C E | 69 – C E | 94 – C E | 119 – C E | 144 – C E | 169 – C E | 194 – C E |
| 20 – C E | 45 – C E | 70 – C E | 95 – C E | 120 – C E | 145 – C E | 170 – C E | 195 – C E |
| 21 – C E | 46 – C E | 71 – C E | 96 – C E | 121 – C E | 146 – C E | 171 – C E | 196 – C E |
| 22 – C E | 47 – C E | 72 – C E | 97 – C E | 122 – C E | 147 – C E | 172 – C E | 197 – C E |
| 23 – C E | 48 – C E | 73 – C E | 98 – C E | 123 – C E | 148 – C E | 173 – C E | 198 – C E |
| 24 – C E | 49 – C E | 74 – C E | 99 – C E | 124 – C E | 149 – C E | 174 – C E | 199 – C E |
| 25 – C E | 50 – C E | 75 – C E | 100 – C E | 125 – C E | 150 – C E | 175 – C E | 200 – C E |

**LÍNGUA, LITERATURA NACIONAL E
REDAÇÃO**

Felipe Luccas

TEXTO I**Ateísmo militante**

“Frazer é muito mais selvagem que a maioria dos seus selvagens, pois estes selvagens não se encontram tão afastados de qualquer compreensão de questões espirituais quanto um inglês do século XX; suas explicações das observâncias rituais primitivas são muito mais grosseiras que o senso das próprias observâncias.”

Assim reagiu Wittgenstein à análise feita pelo antropólogo social James Frazer — um dos luminares da academia inglesa no período entreguerras — dos ritos religiosos praticados por povos animistas pré-modernos. — É impossível para mim ler as palavras do filósofo austríaco e não pensar imediatamente na pregação dos “ateus militantes” — Richard Dawkins à frente — em defesa de uma interpretação estritamente científica do mundo.

Ao imaginar que a crença em Deus é algo que possa ser ligado ou desligado da mente como se opera um interruptor elétrico; e ao propor que se deva tratar “a existência de Deus como uma hipótese científica como qualquer outra”, os entusiastas do ateísmo militante revelam uma falta de tino e uma inépcia ante as demandas espirituais do ser humano que não fica em nada a dever à fé ingênua da maioria dos crentes e devotos aos quais se opõem.

Crer ou não em Deus não é um simples ato de vontade como abrir ou fechar a janela, endossar ou não uma “opinião”, assim como aceitar ou descartar a Sua existência jamais será decidido com base em critérios de validação lógica ou empírica. Imaginar o contrário seria como supor que alguém dilacerado por um amor fracassado pudesse reencontrar a paz mediante uma hipótese explanatória ou um raciocínio lógico.

Uma concepção intransigentemente científica da vida é uma das construções mais bizarras de que a mente humana é capaz; ela equivale a uma interpretação da realidade da música limitada à análise minuciosa dos efeitos das ondas sonoras sobre a fiação neural do ouvinte — e nada mais. A música, como a natureza a que pertencemos, sugere o que na música não está. Quem jamais foi tocado pela “febre de Além” nada compreende do delírio de Deus. Religião por religião — a parada não é fácil —, a ciência como religião dos ateus militantes é séria candidata ao título de obtusa-mor das religiões.

Eduardo Gianetti, Trópicos Utópicos.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Infere-se do texto que Wittgenstein foi ao encontro das opiniões de Frazer sobre os rituais primitivos dos selvagens animistas.
02. O autor do texto reconhece a existência de Deus, ainda que a ciência o prove inexistente.
03. De acordo com o texto, o fato da inexistência de Deus em nada compromete os efeitos espirituais da convicção ingênua dos fiéis.
04. Richard Dawkins é expoente do grupo de ateus militantes defensores de uma leitura estritamente científica do mundo
05. Para o autor, a música pode ser plenamente entendida a partir de sua análise puramente técnica, como a análise minuciosa dos efeitos das ondas sonoras sobre a fiação neural do ouvinte.
06. De acordo com o texto, acreditar em Deus não configura mero ato volitivo.
07. Da análise das ideias mencionadas, o autor conclui que a crença cega na ciência é tão ingênua quanto a fé dos crentes e devotos religiosos.
08. Conclui-se do texto que o ateísmo é a característica universal dos homens críticos da ciência.
09. No segmento “para mim ler as palavras do filósofo austríaco” (2º parágrafo), o pronome “mim” deveria ser substituído por “eu”.
10. Em “a existência de Deus como uma hipótese científica como qualquer outra” (3º parágrafo), as duas ocorrências da palavra “como” recebem a mesma classificação.

11. No segmento “Crer ou não em Deus não é um simples ato de vontade” (4º parágrafo), a conjunção “ou” possui valor exclusivo.
12. Na sentença “Quem jamais foi tocado pela ‘febre de Além’ nada compreende do delírio de Deus” (5º parágrafo), o sujeito é do verbo “compreender” o pronome “quem”.
13. Em “uma das construções mais bizarras de que a mente humana é capaz” (5º parágrafo), a preposição “de” antes do pronome relativo é exigência de um termo anterior.
14. No segmento “A música, como a natureza a que pertencemos, sugere o que na música não está” (5º parágrafo), os termos “A música” e “que” (segunda ocorrência) exercem a mesma função sintática.
15. O sujeito do verbo ser em “não é um simples ato de vontade como abrir ou fechar a janela” (4º parágrafo) é “Crer ou não em Deus” (4º parágrafo).

TEXTO II

Capacidade melhorada

Neurologistas americanos demonstraram que é possível aumentar a memória por meio da estimulação de uma determinada zona do cérebro, de acordo com um estudo publicado na revista científica *New England Journal of Medicine*. Os cientistas, da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, se concentraram no córtex entorrinal, uma região-chave do cérebro relacionado à memória e principal passagem antes do hipocampo, a área responsável pelo processamento dos sinais e o desenvolvimento da memória.

“O córtex entorrinal é a porta de acesso à unidade central da memória”, disse à agência France-Press Itzhak Fried, professor de neurocirurgia da Escola de Medicina David Geffen da Universidade da Califórnia, principal autor da pesquisa. “Toda a experiência visual ou sensorial que guardamos na memória passa por essa porta para chegar ao hipocampo. Nossos neurônios devem enviar mensagens através dessa passagem para que a memória se forme, e a lembrança possa ser recuperada conscientemente”, explicou.

Para fazer o estudo, os neurologistas acompanharam sete pacientes com epilepsia que tinham eletrodos

implantados em seus cérebros. O equipamento registrou a atividade dos neurônios quando as lembranças se formavam. Usando um videogame que simula a corrida de um táxi em uma cidade virtual, os cientistas testaram se a estimulação das profundezas do cérebro do córtex entorrinal ou do hipocampo alteravam a capacidade de armazenamento de informação.

Os participantes se passavam por taxistas que recebiam passageiros e viajavam por toda a cidade. “Quando estimulávamos as fibras nervosas no córtex entorrinal dos pacientes durante a aprendizagem, eles reconheciam mais tarde lugares e circulavam pelas ruas com maior rapidez. Inclusive, aprendiam a pegar atalhos, o que reflete uma melhor memória espacial”, afirmou o cientista. Fried reconheceu que “a perda de nossa capacidade de lembrar fatos recentes e formar novas lembranças é uma das doenças mais temidas da condição humana”, mas advertiu que os resultados do estudo, embora encorajadores, devem ser encarados com cautela.

“Nossos resultados preliminares fornecem evidências de um possível mecanismo para aumentar a memória, sobretudo nas pessoas idosas ou que sofrem de demência precoce”, disse. “Ao mesmo tempo, estudamos uma amostra pequena de pacientes, razão pela qual nossos resultados devem ser interpretados com cuidado”, alertou.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/03/formacao-de-memoria-de-curto-prazo-depende-da-sincronia-de-areas-cerebrais-3680981.html>

Considerando os elementos linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

16. Os estudos mencionados no texto foram elaborados para comprovar que jogos eletrônicos potencializam a memória.
17. Infere-se do texto que a conclusão do estudo não é necessariamente universal, tendo em vista a dimensão da amostra.
18. A partícula “se” em “se passavam” (4º parágrafo) poderia ser deslocada para posição proclítica, sem prejuízo gramatical.
19. Prejudicaria a correção gramatical a substituição de “pela qual” (5º parágrafo) por “porque”.
20. O acento no vocábulo “memória” pode se justificar por regras distintas.

INGLÊS

Ena Loiola

Brazilian Senate passes fake news bill

Amid concerns over freedom of expression online and user privacy, the Brazilian Senate has passed a bill that sets out provisions to tackle the production and spread of disinformation and defamatory content on the Internet.

This was the fourth version of the bill, which was considerably “dehydrated” so that it could be voted yesterday (30) and forwarded to the Lower House of the Congress before it gets signed into law or vetoed by President Jair Bolsonaro.

According to the proposals, besides people, government officials and authorities in general, platforms such as Facebook and Twitter should also be in charge of identifying the dissemination of false content through automated means and limit the number of accounts controlled by the same user..

In addition, there are several requirements companies would have to **comply with**: among the provisions, firms would need to ban inauthentic accounts set up with the purpose of spreading false content, as well as the use of bots if automated content is not clearly marked as such. The requirement for labeling would also apply for sponsored content.

Can the law stop fake news and hoax-spreading bots? These politicians think so

WhatsApp capped message forwarding in early 2019: at the time, one of Bolsonaro's sons, who leads the presidential social media efforts, said the family would find alternative options.

Social media platforms should have offices and a legal representative in Brazil, according to the fake news bill, but would not be required to store data in Brazil.

Penalties that can reach up to 10% of the company's profits in Brazil in the current year can be applied if companies fail to identify users responsible for the dissemination of fake news. Those businesses can also have their activities in Brazil suspended if they fail to comply with the measures outlined in the proposed regulations.

The bill also includes the creation of a council that would be responsible for creating a code of conduct for social media companies. This would be a group of 20 members,

including representatives of the national telecommunications agency Anatel, which would also be accountable for **assessing** the application of policies imposed on social media companies, as well as studies around freedom, responsibility, and transparency online.

Several senators objected to the proposals, which, if approved, will create the Brazilian Freedom, Responsibility and Internet Transparency Law, despite the several amendments made. Their concern, shared by other organizations and trade

bodies, is that the project may violate freedom of expression and privacy, while creating excessive bureaucracy for companies, and cause a negative economic impact. Others said the bill was less important than other projects related to tackling the Covid-19 outbreak.

The main companies that operate social media platforms - Facebook, Google and Twitter - stated the bill is "a project of mass collection of data from individuals, resulting in worsening digital exclusion and endangering the privacy and security of millions of citizens".

The bill will now be voted by the Congress, where further changes should be made before it reaches president Jair Bolsonaro. Speaking to the media today (1), Bolsonaro said he believes the bill is **unlikely** to be approved by the Congress and, if it is, there is a possibility he might veto the proposals.

Judge the following items, according to the text above.

21. According to the text, the bill okayed by the Brazilian Senate had to be resumed in order to be approved fast and forwarded to the Lower House.
22. According to the text, Facebook and Twitter are the only users responsible for identifying content, which could be considered fake.
23. The verb “to comply with” (paragraph 5) could be replaced by “adhere to” without changing the meaning.
24. Politicians are sure that the law can indeed stop the spreading of fake news.
25. At the beginning of 2019, WhatsApp limited message forwarding.
26. According to the proposed bill, a social media platform can be punished financially if they do not have offices and a legal representative in Brazil.
27. The verb “assessing” in bold could be correctly replaced by “evaluating” without changing the meaning.
28. The word “fake” means exactly the same as “false”.

29. Important social media companies and a number of senators share a negative viewpoint concerning the consequences of the bill.

30. The words “unlikely” and “improbable” express the same ideas.

ATUALIDADES

Leandro Signori

A respeito das transformações da globalização na ordem política e mundial, julgue os itens a seguir:

31. A integração dos mercados, por meio dos blocos econômicos, é uma clara contestação dos países à globalização, recusando-se a exercerem atividades comerciais com aqueles que não participam do seu bloco econômico.

32. A difusão de grandes empresas transnacionais e a divisão de suas atividades econômicas para qualquer parte da Terra deve-se, sobretudo, ao avanço das tecnologias de informação, de comunicação e de transportes, oriundas em grande parte da Revolução Técnico-Científico-Informacional.

33. A fragmentação das grandes corporações transnacionais em várias pequenas empresas aponta para o eminente fim dos Estados nacionais e para uma economia totalmente descentralizada, favorecida pelo contínuo avanço e valorização das moedas digitais, como o Bitcoin.

34. Devido a sua localização, é um país de grande importância estratégica, além disso, faz fronteira com dois grandes produtores de petróleo do Oriente Médio: Arábia Saudita e Irã.

35. O conflito atual tem sua origem na disputa de poder no Oriente Médio entre o Irã e a Arábia Saudita, devido ao apoio do governo iemenita aos opositores do presidente da Síria, Bashar al-Assad.

36. Na guerra civil opõem-se, de um lado, os rebeldes houthis (xiitas) apoiados pelo Irã, e do outro, grupos ligados ao atual presidente do país, apoiado pela Arábia Saudita.

O Custo Brasil é um conceito que designa o conjunto de dificuldades de ordem econômica, burocrática, de infraestrutura e logísticas que encarecem os produtos brasileiros no mercado internacional, prejudicando as exportações e, assim, a economia do país. A respeito da matriz brasileira de transportes, julgue os itens a seguir:

37. Todo modal de transporte possui as suas vantagens e desvantagens, o que significa que devem ser conciliados visando ao desenvolvimento econômico. O transporte rodoviário, por exemplo, é o mais indicado para interligar pontos próximos e cargas urgentes, mas não muito volumosas.

38. Apresentando amplo predomínio do transporte rodoviário, a matriz de transportes brasileira ainda é muito precária, semelhante à dos países da África subsaariana.

39. A grande extensão territorial do Brasil e um relevo variado são fatores propícios a implantação de uma infraestrutura de transportes baseada na intermodalidade.

40. Muito embora gere uma maior demanda de combustível em relação ao transporte ferroviário, tornando-se, assim, mais poluente, o crescimento do rodoviarismo no Brasil se deu por diversos fatores, como o de servir de estímulo para a implantação da indústria automobilística no Brasil, na segunda metade do século passado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

- 41.** O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional, na clássica definição de José Afonso da Silva, é de eficácia plena, uma vez que a Constituição Federal não estipulou nenhuma reserva legal ao dispositivo.
- 42.** Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.
- 43.** Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não há hierarquia entre leis ordinárias e leis complementares. Entretanto, a lei complementar tem reserva constitucional de assunto e quórum mais alto de aprovação que a lei ordinária, de maneira que não cabe à Constituição estadual atribuir à lei complementar assunto que a Lei Maior não fez a reserva para a espécie normativa.
- 44. Caso:** O Distrito Federal, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou as condições de isenção de IPVA. O Governador, inconformado, levou a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. **Assertiva:** O Governador do Distrito Federal tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- 45.** A ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental têm os mesmos legitimados ativos e nenhuma delas admite desistência.
- 46.** A eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, bem como para Governador e Vice-Governador, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores. Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito.
- 47.** Os subsídios dos chefes do Executivo Federal, Estadual e Municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do ente federativo, mediante decreto legislativo.
- 48.** O Poder Público deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Dessa sorte, é dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.
- 49.** Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é compatível com a Constituição Federal, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, a determinação de que as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Pessoal compartilhem com o IBGE a relação de nomes, números de telefone e endereços de seus consumidores, pessoas físicas ou jurídicas.
- 50.** João sofreu condenação transitada em julgado por uso de documento falso e teve a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do texto da Constituição Federal, é correto afirmar que enquanto perdurarem os efeitos da condenação, João não poderá exercer a capacidade eleitoral passiva, mas poderá exercer a capacidade eleitoral ativa, uma vez que a substituição da pena corporal pela pena restritiva de direitos não inviabiliza o exercício dos direitos políticos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Pena

51. Com relação ao princípio da publicidade e à lei de acesso à informação (lei 12.527/2011), julgue o item a seguir.

Desde que devidamente justificada no interesse pessoal ou público, qualquer interessado pode requerer informações por qualquer meio idôneo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e especificação da informação.

52. Com relação ao Direito Administrativo e aos sistemas de controle da Administração Pública, julgue a próxima assertiva

O Brasil adotou o sistema inglês de jurisdição ou da unicidade da jurisdição, sendo vedada a instância administrativa de curso forçado, salvo no caso expressamente previsto na Constituição Federal relativo à justiça desportiva.

53. No que diz respeito aos consórcios públicos (lei 11.107/2005), julgue a afirmação a seguir

O consórcio público pode ser criado com personalidade jurídica de Direito Público ou de Direito Privado, sendo, no primeiro caso, criado sob a forma de uma associação pública, entidade autônoma no Direito Administrativo, não integrando a Administração Pública indireta dos Entes Federados consorciados.

54. Com relação à organização da Administração Pública, julgue o item a seguir

As empresas públicas prestadoras de serviços públicos podem se submeter ao regime de precatórios, ainda que não exerçam suas atividades em caráter de monopólio.

55. A administração pública pretende celebrar parceria, com repasse de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública. Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014.

56. Com relação ao terceiro setor e às entidades paraestatais, julgue a assertiva a seguir.

As organizações sociais não estão obrigadas a realizar licitação, porém, os contratos a serem celebrados com terceiros, com recursos públicos, devem ser conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade.

57. A tipicidade administrativa, ao contrário da tipicidade penal, é aberta, não definindo, de plano, a penalidade que deverá ser aplicada às condutas infracionais, cabendo ao administrador definir as sanções a serem aplicadas pela autoridade competente, verificados os critérios definidos em lei, tais como a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. Diante desta afirmação, julgue o próximo item

O Poder Disciplinar é discricionário, cabendo ao administrador decidir, diante dos critérios legais, qual a penalidade a ser aplicada e a gradação da pena, inclusive em relação à pena de demissão e cassação de aposentadoria.

58. Com relação aos atos administrativos, julgue a afirmação a seguir

A decisão administrativa que decretar a invalidação do ato administrativo, deverá indicar, de modo expresso, as suas consequências jurídicas e administrativo, não podendo estar fundamentada apenas em valores jurídicos de forma abstrata.

59. Suponha que um determinado órgão tenha contratado uma empresa para reforma do edifício em que está localizada a sua sede, com a reforma de todas as salas. No entanto, em virtude da pandemia, diversos servidores foram colocados em regime de teletrabalho, de forma que o órgão, verificando eficiência deste regime, pretende manter 50% dos servidores em teletrabalho no período pós-pandemia. Desta forma, não haverá mais a necessidade de reforma dos espaços por eles ocupados, que se tornaram salas de arquivo. Diante desta situação, julgue o item a seguir.

É possível a alteração unilateral do contrato para supressão no montante de 50% do valor inicial atualizado por se tratar de reforma.

60. Com relação aos contratos administrativos, analise a assertiva a seguir

Será admitida a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir e seja demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

61. Com relação às licitações, analise a assertiva a seguir

O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, ainda que como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

62. Com relação às licitações, analise a assertiva a seguir

É possível a utilização do pregão para a contratação de serviços de engenharia considerados comuns.

63. Com relação às licitações realizadas pelas empresas estatais, analise a assertiva a seguir

A obra contratada por estatal sob regime de contratação semi-integrada é aquela que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

64. Com relação à prestação de serviços públicos, analise a afirmação subsequente

A concessionária de serviços público não possui direito adquirido à prorrogação do contrato de concessão,

tendo em vista que a renovação é ato discricionário da Administração Pública.

65. No que diz respeito aos agentes públicos, julgue o item subsequente

Os servidores efetivados pelo Estado e submetidos ao regime estatutário, sem concurso público, cujo provimento foi posteriormente declarado inconstitucional, têm direito aos depósitos no FGTS referentes ao período irregular de serviço prestado.

66. Alfredo sofreu processo administrativo disciplinar (PAD) em virtude de prática de conduta capitulada como infração disciplinar no Estatuto dos Servidores Públicos. No momento do julgamento, a autoridade competente condenou Alfredo, porém, com base em uma capitulação legal diferente daquela prevista no ato de instauração, no indiciamento e em todo o PAD. Neste caso

A decisão no processo administrativo disciplinar é nula por violar o contraditório e a ampla defesa, tendo em vista que Alfredo não teve oportunidade para se defender relativamente à capitulação legal em que foi condenado.

67. Alfredo sofreu processo administrativo disciplinar (PAD) em virtude de prática de conduta capitulada como infração disciplinar no Estatuto dos Servidores Públicos. No momento do julgamento, a autoridade competente condenou Alfredo, porém, com base em uma capitulação legal diferente daquela prevista no ato de instauração, no indiciamento e em todo o PAD. Neste caso

É possível o cumprimento imediato da penalidade imposta ao servidor logo após o julgamento do PAD e ainda que pendente o julgamento do recurso administrativo interposto pelo servidor.

68. Nas ações civis públicas de improbidade administrativa,

Não é permitida a utilização de prova emprestada do processo penal.

69. Com relação à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir

É possível a responsabilidade civil do Estado por ato lícito quando verificado um sacrifício desproporcional ao particular, hipótese em que poderá ser verificada a teoria do duplo efeito dos atos administrativos, gerando dano desproporcional e indenizável em relação a um particular e dano normal não indenizável a outros.

70. Com relação à desapropriação, julgue o item subsequente

Na ação de desapropriação, a revelia do desapropriado não implica aceitação tácita da oferta, não autorizando a dispensa da avaliação por perito.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações, analise as seguintes assertivas.

71. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

72. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

73. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

A respeito do bem de família, analisar as proposições a seguir, de acordo com a jurisprudência do STJ.

74. É inválida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.

75. É inválida a penhora de bem de família quando a dívida é oriunda de cobrança de taxas e despesas condominiais.

76. É válida a penhora do bem de família quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado, sendo ônus dos proprietários a demonstração de que não se beneficiaram dos valores auferidos.

77. Quem se assenhorear de coisa sem dono para logo lhe adquire a propriedade, não sendo essa ocupação defesa por lei.

78. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.

79. Nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, a correção monetária sobre a indenização securitária incide a partir da contratação até o efetivo pagamento.

80. A instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas.

81. Decretada a resolução do contrato de compra e venda de imóvel, com a restituição das parcelas pagas pelo comprador, o retorno das partes ao estado anterior implica o pagamento de indenização pelo tempo em que o comprador ocupou o bem, desde a data em que a posse lhe foi transferida.

82. O promitente comprador do imóvel e o proprietário/promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

83. Aquele a quem os serviços são prestados poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, bem como pode o prestador de serviços dar substituto que os preste, se houver aprazimento da outra parte.

84. É possível a inclusão de dupla paternidade em assento de nascimento de criança concebida mediante as técnicas de reprodução assistida heteróloga e com gestação por substituição, não configurando violação ao instituto da adoção unilateral.

85. A indenização mede-se pela extensão do dano, mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização, como afiança a Teoria do Inferno de Severidade.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

86. Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

João Carlos pretende constituir Empresa individual de responsabilidade limitada e tem a informação de que o nome empresarial deve ser formado necessariamente pela firma seguida da expressão EIRELI.

87. Vanessa, casada sob o regime de comunhão universal de bens, exerce empresa na qualidade de empresária individual. Ela pretende formalizar a colaboração de seu filho, maior de idade, que a ajuda informalmente, tornando-o sócio. Uma vez em sociedade, pretende instituir filial em cidade vizinha sujeita à jurisdição de outro registro público de empresas mercantis. Para tanto, planeja vender um imóvel que integra o patrimônio da empresa. Contudo, Vanessa desconhece os requisitos legais para essas providências.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Amélia não necessita de prévia outorga conjugal para vender o imóvel pertencente à empresa.

88. A respeito das condições para o exercício de atividade comercial, julgue o item subsequente.

O incapaz é impedido de iniciar atividade empresarial individual, mas poderá, excepcionalmente, ser autorizado a dar continuidade a atividade empresarial preexistente.

89. Em relação ao conceito e à natureza do estabelecimento, ao fundo de comércio e à sucessão comercial, à natureza e às espécies de nome empresarial e ao registro de empresas, julgue o item a seguir.

O imóvel de uma sociedade empresarial utilizado exclusivamente como clube para seus funcionários integra o estabelecimento empresarial.

90. Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

Sociedade limitada será regida supletivamente pelas normas da sociedade simples somente se assim estiver estipulado no contrato social.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

91. Compete subsidiariamente à autoridade judiciária brasileira conhecer de ações relativas a divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, quando o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

92. Compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

93. A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.

94. De acordo com o STJ, não é possível a citação de pessoa jurídica estrangeira por meio de seu empreposto no Brasil.

95. De acordo com o NCPC, é possível dilatar os prazos processuais, ainda que já encerrado o prazo regular, em obediência aos princípios da efetividade e da primazia da decisão de mérito.

96. No caso de litisconsórcio, a confissão judicial de um litisconsorte não prejudica os demais. Essa regra, contudo, só se aplica aos casos de litisconsórcio simples.

- 97.** No que se refere à ação de consignação em pagamento, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz à prolação de sentença de improcedência do pedido.
- 98.** É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública.
- 99.** Compete ao STJ julgar ação proposta por Estado contra União versando sobre imunidade tributária recíproca.
- 100.** Os Estados-membros/DF e Municípios podem fixar valor referencial inferior ao do art. 87 do ADCT (RPV), desde que respeitado o princípio da proporcionalidade.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

Julgue os itens a seguir.

- 101.** Os crimes omissivos impróprios, também denominados de comissivos por omissão, independem de resultado naturalístico para sua consumação.
- 102.** O princípio da coculpabilidade ou da corresponsabilidade é aquele que reconhece a participação da sociedade na responsabilidade pela prática de uma infração penal, em virtude da influência do meio social na formação do indivíduo e da desigualdade de oportunidades a que cada cidadão tem acesso. O STJ já admitiu a adoção da teoria para atenuação da pena.
- 103.** O supervisor de departamento administrativo do Senado que, por indulgência, deixa de responsabilizar o subordinado, em sendo competente para tanto, comete o crime de prevaricação.
- 104.** É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

105. O policial legislativo que mantém determinada pessoa privada da liberdade, sem homologação de flagrante nem ordem judicial, e exige vantagem para sua liberação comete o crime de abuso de autoridade.

106. Joana foi até um mercado, no Setor Sudoeste, sem máscara, e tentou adentrar para realizar suas compras. Foi impedida pelos vigilantes, que informaram ser obrigatório o uso do equipamento de segurança por determinação distrital. Após fazer escândalo, o gerente foi ao local e lhe forneceu uma máscara nova, mas ela se negou a usá-la. Acionou a polícia.

No caso, Joana estava protegida pelo exercício regular de um direito, enquanto os funcionários do supermercado, em concurso, praticaram crime contra as relações de consumo.

107. Em determinado dia, chegou ao Senado um vídeo em que um sujeito ameaça diretamente um Senador, dizendo que vai matá-lo no Plenário. João, Policial Legislativo, buscando neutralizar uma ameaça, acabou algemando uma pessoa com características físicas parecidas à que enviara o vídeo.

Quanto à conduta indevida, João pode alegar descriminante putativa por erro de proibição.

108. Segundo o STJ, o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo previsto para as penas privativas de liberdade, atualmente de 40 anos.

109. Segundo o STF, não se aplica para o reconhecimento dos maus antecedentes o prazo quinquenal de prescrição da reincidência, previsto no art. 64, I, do Código Penal.

110. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

111. Independentemente dos demais requisitos, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

112. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

113. A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

114. Em Águas Claras, em dezembro de 2019, Fabrício apontou uma faca e exigiu da vítima a entrega de sua carteira e, ao perceber que havia um cartão de crédito, exigiu que a vítima lhe entregasse a senha.

Em Taguatinga, dois meses depois, Fabrício subiu em um ônibus e abordou todos os passageiros, exigindo que todos entregassem os seus celulares, ameaçando-os com uma arma de fogo.

Em Águas Claras, Fabrício cometeu os crimes de roubo simples e extorsão, em concurso. Em Taguatinga, praticou crimes de roubo majorado, em concurso formal.

115. A consciência da ilicitude, para configuração da culpabilidade, pode ser atual (realmente demonstrada ao tempo do delito) ou potencial (o agente tinha possibilidade de atuar de forma consciente quanto à ilicitude). Não é necessário que o agente esteja certo sobre a classificação técnico-dogmática de sua conduta, bastando a chamada valoração paralela na esfera do profano.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

116. No tocante à ação penal, julgue o item a seguir.

A representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, prescinde de formalidades, sendo suficiente a demonstração inequívoca do interesse da vítima ou de seu representante na persecução criminal.

117. Acerca da competência, analise a afirmação a seguir de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

Compete à Justiça Comum estadual processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, ainda que relacionados ao exercício da função.

118. A respeito da citação, julgue o item a seguir.

A citação ocorrerá por mandado, devendo o oficial de justiça realizar a sua leitura ao citando e entregar-lhe a contrafé, na qual se mencionarão a data e a hora da citação. Não sendo aceita a contrafé pelo citando, o oficial de justiça deverá declarar a recusa, o que impedirá o início do prazo para a defesa.

119. A respeito da ação civil *ex delicto*, julgue o item a seguir.

Segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, não é possível o ajuizamento da ação civil *ex delicto* antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, que é considerada pressuposto para a pretensão de reparação no âmbito civil.

120. Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Processo Penal.

São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

121. Julgue o item a seguir de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

As perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial são revestidos de eficácia probatória, sem necessidade

de serem repetidos ou reproduzidos novamente no curso da ação penal, uma vez que se sujeitam ao contraditório diferido.

122. A respeito das nulidades e recursos, avalie o item a seguir.

Considerando o princípio da voluntariedade, a ausência de interposição de recurso da sentença condenatória pelo advogado dativo, por si só, não configura deficiência de defesa apta a resultar na nulidade do processo, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

123. No tocante às nulidades no processo penal, julgue o item a seguir.

As omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, desde que antes da sentença final.

124. Acerca da prisão em flagrante, julgue o item a seguir.

Apesar da prerrogativa que o advogado tem de ser preso em sala de Estado Maior, para que sejam garantidas condições compatíveis com o seu ofício, entende o Supremo Tribunal Federal ser possível o recolhimento em local que, embora não configure 'sala de Estado Maior', possua instalações condignas.

125. Julgue item a seguir considerando os princípios do direito processual penal.

De acordo com o STF, considera-se inconstitucional e ilegal a realização de entrevista, por policial, em local reservado com o acusado e sem a oportunização de consulta a advogado.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

126. No que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores, julgue o item:

(...) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por 5 dias consecutivos em caso de nascimento do filho, no decorrer da primeira semana. Contudo, tal direito pode ser reduzido ou até suprimido totalmente por acordos ou convenções coletivas de trabalho.

127. Com relação ao teletrabalho, julgue o item a seguir:

(...) A responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão acordadas entre empregado e empregador, através de previsão em contrato escrito.

128. A CLT dispõe expressamente sobre alguns dos direitos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A esse respeito, julgue o item a seguir:

(...) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

129. Acerca do instituto da contribuição sindical, impactado pela reforma trabalhista, julgue o item a seguir:

(...) O desconto da contribuição sindical não está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 da Constituição.

130. No que tange a figura do empregador, julgue o item subsequente, considerando a jurisprudência do TST.

(...) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações

recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

131. Em relação ao instituto jurídico da prescrição no Direito do Trabalho, julgue o item a seguir:

(...) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

132. No que se refere a jornada de trabalho, e as alterações advindas pela Reforma Trabalhista, julgue o item a seguir:

(...) O contrato de trabalho em regime de tempo parcial, em sendo estabelecido em número inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins do pagamento com o acréscimo de 50% sobre o salário-hora normal, estando também limitadas a 6 horas suplementares semanais.

133. No que diz respeito ao adicional de periculosidade, julgue o item a seguir:

(...) As atividades ou operações perigosas são aquelas que por sua natureza ou métodos de trabalho, implicam o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Tal condição de periculosidade importa ao empregado um adicional de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

134. Em relação à proteção do trabalho da mulher, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, julgue o item a seguir:

(...) Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 8 (oito) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.

135. Com relação à estabilidade e à garantia provisória de emprego, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do TST.

(...) O Delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória, porque a estabilidade apenas é aplicada aos que exercem cargo de direção nos sindicatos e que tenham sido submetidos a processo eletivo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

136. Na Justiça do Trabalho os prazos serão contados em dias úteis.

137. Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que a nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.

138. Em relação aos requisitos essenciais da sentença, no direito processual trabalhista, é obrigatório o relatório em qualquer rito, sob pena de nulidade da decisão.

139. O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária, mas não por seguro garantia judicial.

140. A petição inicial trabalhista entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a causa de pedir próxima, a causa de pedir remota, o pedido certo e determinado e, finalmente, o requerimento para citação da reclamada..

141. A defesa no sistema de processo judicial eletrônico deverá ser apresentada antes da audiência.

142. Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

143. No processo judicial trabalhista não existe previsão legal para o pagamento de honorários ao advogado que atuar em causa própria.

144. No processo judicial trabalhista o benefício da justiça gratuita não pode ser concedido de ofício pela autoridade judicial.

145. O prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial é de 5 dias.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

Felipe Cavalcante

146. No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, são devidos aos segurados os benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, salário-família e salário-maternidade.

147. O desemprego involuntário é um fato socialmente relevante que, de acordo com a Constituição Federal, será atendido por benefício de natureza previdenciária. No entanto, tal benefício não foi incluído, pela lei n. 8.213/91, dentre os benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

148. No Regime Geral de Previdência Social, o indivíduo em gozo de benefício mantém a qualidade de segurado sem limite de prazo. Por outro lado, o segurado facultativo que deixar de recolher contribuições manterá a qualidade de segurado por até seis meses.

149. O aposentado por invalidez e o pensionista inválido que não tenham retornado às atividades estarão isentos das perícias revisionais, a cargo da Previdência Social, após completarem 60 anos de idade ou após os 55 anos, se decorridos mais de 15 anos da concessão do benefício.

150. A pensão por morte concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social deve observar o piso de um salário-mínimo, ao contrário da concedida no Regime Próprio de Previdência dos Servidores da União, que poderá ser inferior ao piso salarial.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

A Constituição Federal apresenta importantes disposições sobre a Justiça Eleitoral. Com base no texto constitucional e na jurisprudência dominante, julgue as assertivas abaixo:

151. O Corregedor Eleitoral será eleito dentre os ministros do Superior Tribunal de Justiça ou dentre os juízes oriundos da advocacia.

152. A Ordem dos Advogados do Brasil deverá participar de todas as fases para preenchimento da vaga reservada à classe dos advogados na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.

153. Lei complementar dos Estados poderá dispor sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais, inclusive quando participação da Justiça Federal.

Com base nas disposições constitucionais sobre os direitos políticos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens.

154. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto que, desde que não tenha contato manual do eleitor, poderá ser impresso e depositado em local previamente lacrado.

155. É constitucional a previsão legal de realização automática de novas eleições, independentemente do número de votos anulados, sempre que o candidato eleito, em pleito majoritário, for desclassificado, por indeferimento do registro de sua candidatura, ou em virtude de cassação do diploma ou mandato.

156. As hipóteses constitucionais de inelegibilidade, inclusive o prazo de seis meses, são aplicáveis às eleições suplementares.

Com base na legislação pertinente, julgue as assertivas:

157. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

158. A solicitação de registro de candidatos deverá ser apresentada à Justiça Eleitoral até as 15 horas do dia 19 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

159. Os partidos políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral para que possam adquirir personalidade jurídica.

160. Os partidos políticos poderão recorrer da decisão que desaprova total ou parcialmente a prestação de contas, sendo o recurso dotado apenas de efeito devolutivo.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

161. De acordo com o princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas públicas devem constar da lei orçamentária, de forma a possibilitar que nela se incluam apenas saldos positivos ou negativos resultantes do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.

162. Compete privativamente ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição

163 A concessão de incentivos fiscais e medidas desonerativas por parte do poder legislativo são bastante comuns no país, podendo causar um desequilíbrio orçamentário. Não existem, no entanto, requisitos para a ocorrência da renúncia de receitas, como os descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

164. A efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação faz parte da responsabilidade na gestão fiscal, e não apenas os dispêndios.

165. É crime de responsabilidade ato do Presidente da República que atente contra a lei orçamentária.

166. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, mas é o Poder executivo que elabora o seu orçamento.

167 Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

168. Após o encaminhamento da proposta consolidada, ela é apreciada pelo **Poder Legislativo, que no caso da união acontece em análise conjunta das duas casas do congresso nacional.**

169. Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

170. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Matheus Pontalti

Julgue as afirmativas a seguir, que versam sobre responsabilidade tributária:

- 171.** Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- 172.** Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da comprovação de dolo ou culpa.
- 173.** Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente. Essa presunção é absoluta e não comporta prova em sentido contrário.
- 174.** A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato da alienação.
- 175.** É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- 176.** O contribuinte tem direito de se creditar do IPI mesmo com relação às operações de compra de produtos não tributados ou isentos.
- 177.** O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

178. A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação

179. É indevida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida

180. Fato gerador periódico ou complexivo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como ser proprietário de imóvel urbano, no caso do IPTU, ou ser proprietário de veículo automotor, no caso do IPVA.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Vanessa Arns

- 181.** Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.
- 182.** A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.
- 183.** A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.

184. Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

185. A superveniência de uma norma de *jus cogens* que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

186. Quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado mais recente, aplica-se o mais recente.

187. Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional no Estatuto da CIJ.

188. O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.

189. A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.

190. O auxílio direto pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados

DIREITO DIGITAL

Paulo Sousa

191. O princípio da neutralidade de rede significa que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

192. A Lei 12.965/2014 prevê que a disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como a finalidade econômica da rede.

193. Não se permite à autoridade policial ou ao Ministério Público, sem prévia autorização judicial, determinar cautelarmente que o administrador de sistema autônomo mantenha registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, por prazo superior a um ano.

194. O provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

195. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros é solidariamente responsável pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

196. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é órgão da administração pública federal. No entanto, a natureza jurídica da ANPD é transitória e pode ser alterada de modo a se submeter a regime autárquico especial, no prazo previsto em Lei.

197. A Lei 13.709/2018, conhecida por LGPD, prevê que o titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição acesso aos dados, mas, não, mera confirmação da existência de tratamento.

198. A Lei 13.709/2018 estabelece que os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem que não realizaram o ato, ou, embora tenham realizado o ato, não houve violação à lei. Igualmente, a isenção e responsabilidade se verifica quando o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiros.

199. A LGPD, estatui diversos conceitos. Dentre eles, o de controlador, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do operador.

200. A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, mesmo que a operação de tratamento seja realizada fora do território nacional.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Advogado-Senado-Federal-06-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
